

ALDEAMENTOS INDÍGENAS: O CANTO DOS CISNES DE UMA POLÍTICA NACIONAL INDIGENISTA (1881 A 1910)

INDIGENOUS SETTLEMENTS: THE SWAN SONG OF THE NATIONAL INDIGENOUS POLICY (1881 TO 1910).



<https://doi.org/10.22228/rtf.v19i1.1458>

Daniel da Silva Klein



Universidade Federal de São Carlos



Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0190-2132>



E-mail: daniel.klein@ufscar.br

Resumo: O artigo investiga os anos finais dos aldeamentos catequéticos, que visavam reduzir os povos indígenas no Brasil entre os anos de 1881 e 1910. A investigação tem um escopo nacional, procurando entender porque os aldeamentos legalizados a partir da Lei n. 601, de 1850 entraram em falência. Parte-se de uma pesquisa serial em notícias de jornal, relatórios e notas de viajantes para defendermos a tese de que essas iniciativas entraram em falência porque eram mal gerenciadas e tinham como premissa a imposição de uma série de regulamentos, modos de produção e fazeres culturais que afrontavam os povos originários.

Palavras-chaves: Aldeamentos indígenas; imposição; fazeres culturais; falência.

Abstract: This article investigates the final years of the catechizing settlements, which aimed to reduce the indigenous population in Brazil between 1881 and 1910. The investigation has a national scope, seeking to understand why the settlements legalized under Law No. 601 of 1850 failed. It begins with a series of research studies of newspaper articles, reports, and travelers' notes to support the thesis that these initiatives failed because they were poorly managed and based on the imposition of a series of regulations, modes of production, and cultural practices that offended the native peoples.

Keywords: Indigenous settlements; imposition; cultural practices; bankruptcy.

Introdução

Esse artigo discute os aldeamentos indígenas no final do período imperial e início da república, dispositivos esses que em certa medida reconheciam os territórios de alguns povos originários, mas que só o faziam mediante a catequização. Se formos recuar os problemas sobre a posse dessas terras, podemos seguir até 1500, mas vamos focar o que se sucedeu após 1850, quando se introduz a lei 601. Em seu décimo segundo artigo, o governo previa a reserva de terras ‘para a colonização dos indígenas’¹.

¹ Lei 601, de 1850. Portal da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br>. Acesso em: 16/07/2025.

Na prática, esse artigo tem um regulamento que lhe é anterior, o decreto 426, de 1845, onde se diz que vão ser examinadas as condições de todas as aldeias, nomear diretores para assuntos indígenas, perscrutar se há intrusos nos territórios, mas garantir a posse dos mesmos apenas para aqueles que ‘bem se comportarem’. Previam-se o aldeamento dos grupos em condição de isolamento, a possibilidade ‘que possa haver alguma força militar, que proteja as aldeias’, bem como ‘indagar se nas aldeias, e seus districtos, morão pessoas de caracter rixoso, e de más costumes, ou que há introdução de bebidas espirituosas, ou que tenham enganado aos índios com lesão enorme’, expulsando-as a, no mínimo, cinco léguas de distância, assim como reservar porções de terras aos diretores gerais nos aldeamentos e outros dispositivos².

Pode-se dizer que esses regramentos traziam avanços que, se introduzidos adequadamente, o cenário sobre os territórios indígenas seria outro, isso porque pressupunham a demarcação dos territórios, atração dos não aldeados sem o uso da violência e até mesmo a catequização pelo convencimento, sem o uso impositivo. Acontece que esses aldeamentos foram privatizados em favor da igreja católica, que já fazia a catequese impositiva e era reconhecida a partir de então como gestora oficial dessas instituições.

Mesmo assim, em todo o território nacional, somente um único aldeamento foi subvencionado pelo governo central, o Tereza Cristina, no Mato Grosso. Lá se trabalhava pela redução dos Bororo e os administradores recebiam uma verba especificada para esse fim, mas que dificilmente era administrada adequadamente, visto haver uma série de críticas sobre desvios de conduta dos padres e até mesmo esbulho das terras indígenas³.

Talvez por isso as ações estatais em favor dos indígenas nunca tenham sido de fato executadas nesse período, porque os verdadeiros executores eram vinculados a uma instituição que não teria recursos para abarcar todo o território nacional e o Estado, em todas as suas esferas, se via desobrigado de atuar sobre esse assunto. Além disso, o debate sobre como se devia lidar com as populações indígenas tinha algumas características, sendo a primeira delas não considerar o que os povos originários pensavam sobre como deveria ser a atuação estatal em seu favor, depois que ou se falava em aldeamentos em torno da catequização ou o abandono dessas populações ao extermínio.

Luiz Cleve, um renomado diretor de indígenas, publicou em 1883 um texto em defesa dos aldeamentos que traziam ‘os aborígenes ao grêmio da civilização’, mas que eram completamente ‘desajudados dos poderes públicos, sempre refractários a toda organização

² Decreto 436, de 1845. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 16/07/2025.

³ Os índios Bororos, *Jornal do Comércio (RJ)*, ed. 94, 1897. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

que não seja susceptível de abrir empregos a afilhados'. Sua preocupação era de que o continuado abandono dos aldeamentos iria levar os indígenas ao desaparecimento, porque bastaria comparar os dados censitários do início do século XIX e constatar a espantosa 'reducção da população indígenas nos últimos cem annos'⁴.

Cleve detalha que, em muitos lugares, os recursos destinados aos aldeamentos serviam somente para financiar cargos para os políticos locais e que, com o passar dos anos, essas verbas só decaíam. Aponta que, sem qualquer mediação do Estado, os indígenas iriam sucumbir ao avanço das propriedades coloniais em suas terras, já que eram ferozmente perseguidos por via de correrias pelos seringais amazônicos, batidas de bugreiros no centro sul e demais violações por todos os cantos da nação.

Se, por um lado, havia sinceras posições de apoio aos indígenas, como as de Cleve, por outro, os aldeamentos não tiveram a devida atenção pública porque muitas lideranças políticas procuravam o extermínio literal dos povos originários. Exemplo disso foi o artigo publicado em 1903, *Bugres assassinos*, que saiu em Ponta Grossa e depois foi transcrito por todo o Paraná. Começa lembrando o embate que ocorreu na colônia Lucena seis anos antes, onde morreram muitas pessoas, atribuindo os assassinatos única e exclusivamente aos indígenas residentes no monte Tayó e que, por isso, o articulista era contra qualquer iniciativa de catequese.

O texto diz que 'esses mesmos chamados índios mansos constituem um elemento perigoso, ou quando menos tornam-se animais domesticados', arrematando logo em seguida que 'assim, entendemos que esses índios indomáveis e traiçoeiros deviam ser perseguidos como são perseguidas as feras daminhas e as quadrilhas de bandidos'. O texto é uma defesa do colonialismo sem qualquer limite:

Expor assim a vida e a propriedade de pacíficos e laboriosos colonos é praticar uma obra de deshumanidade e um serviço de desproveito ao nosso crédito como paíz colonizador. As circunstancias estão exigindo uma energica medida por parte dos poderes públicos. Essa colônia não pode continuar assim; que não continuem os bugres a gosar de sua impunidade e a urdir novos planos para augmento da série dos crimes hediondos que tem praticado. Que não haja condescendência para com esses selvicolas barbaros e crueis. Elles são as peiores feras dos nossos sertões. Tanto têm de crueis como de covardes. Devem ser corridos a bala, porque o índio bom, como disse alguém, é só o índio morto. Persegui-los é obra de humanidade e de civilização⁵.

⁴ Luiz D. Cleve, *Jornal do Commercio (RJ)*, ed. 286, 1883. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵ *Bugres assassinos, A República (PR)*, ed. 31, 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Além de todo o arcabouço administrativo desmantelado dos aldeamentos, fica evidente que muitos dos gestores governamentais não queriam desapontar proprietários colonizadores, que expressavam tais anseios de extermínio contra os indígenas. Sem falar que muitos desses próprios colonos atuavam nas mais variadas esferas, ora como servidores, ora como políticos, em ‘desfavor’ de qualquer atividade minimamente proativa aos indígenas.

O autor desse artigo de opinião faz uso de uma frase, que alega não saber a autoria, ‘o índio bom, como disse alguém, é só o índio morto’. Ela era atribuída a determinadas leituras do livro de memórias do general norte-americano Philip Henry Sheridan, que causou um verdadeiro genocídio entre os Cheyenne, Chinook e muitos outros povos. Ele era um arauto para colonizadores, tido como um exemplo de como deveriam ser tratados os povos originários e, no texto em questão, a citação cabe como uma referência que vai para além do campo textual⁶.

Como as pesquisas demonstram, os aldeamentos tinham, em muitos casos, um funcionamento completamente desregulado, sendo abertos e fechados a qualquer intempérie nas cenas políticas locais, provocando deslocamentos populacionais muitas vezes desagregadores. Em Pernambuco, o aldeamento do Riacho do Mato foi uma iniciativa local, aberto em 1860 nas localidades já habitadas por indígenas, mas que funcionou por somente doze anos. Após o encerramento das atividades desse aldeamento, suas terras foram reocupadas e seus ocupantes passaram a residir nas redondezas, mas sem qualquer garantia legal de que eram proprietários das terras que ocupavam⁷.

Em outros lugares, a irregularidade dos aldeamentos se devia unicamente ao tempo de vida de seus mantenedores, alguns padres obstinados em catequizar os indígenas. O aldeamento paranaense de São Pedro de Alcântara só esteve aberto enquanto o frei Timotheo de Castelnovo permaneceu vivo, isto é, até 1895. Depois dessa data, fechou e seus residentes, a maioria de Guaraní Kaiowá, mudaram-se para o Mato Grosso e São Paulo, onde muitos morreram por más condições de trabalho em fazendas⁸.

Essas pesquisas avançaram nos problemas locais e a presente proposta visa um apanhado geral sobre os aldeamentos, questionando fontes jornalísticas, relatórios de

⁶ FILHO, Lúcio Reis. Corações na Curva do Rio a imagem do inimigo no western. *Revista Domínios da imagem*, Londrina, n. 07, pp. 97-108, 2010. p. 102. O projeto Gutenberg e-book tem uma versão digital desse livro de memórias, onde uma série de passagens demonstra o morticínio provocado por esse general. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/4362/4362-h/4362-h.htm>. Acesso em 05/02/2026.

⁷ ANTAS, Mariana Albuquerque. Do aldeamento do Riacho do Mato à Colônia Socorro: defesa de terras e aprendizado político dos indígenas em Pernambuco (1860-1880). *Revista Brasileira de História*, vol. 38, n. 77, São Paulo, pp. 81-102, 2018. p. 82 e segs.

⁸ AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. pp. 220-221.

viagens e documentos oficiais. Essas fontes foram lidas de maneira serial e nos permitiram fazer alguns recortes, tais como a imposição de práticas violentas aos indígenas, como o rapto de suas crianças e rotinas de trabalho agrícolas ao modo ‘civilizado’, o roubo das terras indígenas nos aldeamentos, perseguição dos descontentes, descaminho das verbas e proliferação de atividades meramente propagandísticas em favor da igreja.

Dessa forma, defende-se a tese de que os aldeamentos faliram porque eram instituições impositivas, implementando ações que, ao invés de lidarem com os problemas vividos pelas populações indígenas, tentavam mudar seus modos de vida à força. Assim, esse artigo se coloca como um ponto de partida para podermos avançar na problematização a respeito da decadência e encerramento dos aldeamentos catequéticos pelo Brasil.

Aspectos do cotidiano das missões

A maioria dos aldeamentos indígenas começou com uma escola missionária e campos de agricultura nos arredores para os indígenas, sendo um caso emblemático o Colégio Isabel, em Leopoldina, Goiás, fundado por aviso do governador José Vicente Couto Magalhães em 1870. Destinado ao catecismo dos menores indígenas, seus internos não eram convidados a ingressar na instituição, mas raptados de seus pais, porque ‘os vapores das empresas iam à caça das creanças indígenas, as arrebatavam, deixando os seus progenitores e parentes na maior desolação’⁹.

Mas o governo constatou que ‘os selvagens têm famílias constituídas e de costumes honestíssimos, amor filial e mais sentimentos humanos’ e, com pouco tempo, colocou um fim nessa forma de ‘matrícula’ dos internos, colocando tradutores para atrair novos alunos pelo convencimento. Ali poderiam aprender as letras e alguns ofícios na agricultura, prática essa muito regular no aldeamento Boa Vista, habitado pelos Apinajé em cerca de cento e trinta casas e mil e quinhentas pessoas. Ali ‘cultivam cereaes como milho, arroz, feijão, mandioca, amendoim, inhames, pacarás, batatas, esteiras’ e até mesmo produtos metálicos, roupas e armas.

Assim como no Colégio Isabel, em Boa Vista, os indígenas eram ensinados nas primeiras letras, mostrando notável aptidão, bem como exerciam os rituais católicos de maneira regular. O problema é que essa colônia agrícola indígena era constantemente ameaçada pelos criadores dos arredores, que lançavam o gado no meio das plantações. Além disso, esses proprietários cercavam os terrenos indígenas, ampliando suas propriedades por terrenos que pertenciam aos indígenas desde tempos longínquos. Segundo o relatório que

⁹ Os índios, *Diário de Pernambuco*, ed. 274, 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

tivemos acesso, esse costume era muito comum pelos interiores de Goiás, onde as terras indígenas sofriam com esse cercamento e não seria diferente nos aldeamentos:

Há, em regra, nas imediações das aldeias de índios uns moradores, fazendeiros e criadores, que cada dia vão fazendo avançar as divisas de suas propriedades, muitas vezes sabe Deus como adquiridas, sobre os terrenos dos índios aldeados, terrenos que em regra são fertilíssimos e que por isso mesmo provocam a cobiça d'essa nova espécie de selvagens, que só pensam no roubo de terras, em escravizar os índios seus vizinhos, em tirar-lhe as mulheres, irmãs e filhas d'elles, em gosar do trabalho gratuito ou quasi nada remunerado daquelles infelizes, finalmente em explorar os já desprotegidos pela lei¹⁰.

A passagem ilustra vários temas, dentre eles que os indígenas souberam, após séculos, quais terrenos eram os melhores e os ocuparam, mas com o avanço do colonialismo, os invasores se aproveitaram disso para direcionar os roubos de terras. Além desse roubo, os aldeamentos sofriam com raptos de mulheres, escravização dos indígenas e uso da mão de obra a pagamento ralo. Esses problemas eram reconhecidos como imorais e antiéticos, mas não eram sequer coibidos pelos governantes. De todo modo, percebe-se que algumas iniciativas em Goiás conseguiram muitas conquistas, mas o enfrentamento diário desses aviltamentos levantava barreiras para o desenvolvimento adequado dos aldeamentos.

Noutras partes do país, os aldeamentos continuavam com o foco nos trabalhos agrícolas, como era o caso da Bahia, na década de 1880, onde os párocos costumavam dar um prazo para que os indígenas se adaptassem aos trabalhos agrícolas dos aldeamentos, porque eles deveriam receber pelas colheitas como jornaleiros. Em São Pedro de Alcântara plantava-se café, cacau, produziam-se canoas e somente o diretor poderia pagar pelos trabalhos, sendo proibido qualquer outro tipo de comércio¹¹.

Passando para Goiás, no aldeamento Piabanha, os indígenas, além de trabalhar na agricultura, dividiam esses trabalhos com os colonos ao redor, que faziam parte da missão. Havia mais ou menos uma simbiose entre essas populações, que construíram, também, a igreja, as casas dos missionários e aldeados. O problema é que, anos depois, os colonizadores foram gradualmente tomando muitos territórios indígenas¹².

Os aldeamentos tinham uma estrutura que mais parecia escolas agrícolas, onde os indígenas eram obrigados a trabalhar. O de São Jerônimo, Paraná, contava, durante quase

¹⁰ Os índios, *Diário de Pernambuco*, ed. 274, 1884. Opt cit

¹¹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. *Revista do Museu Paulista*, vol. XXXI, São Paulo, pp. 148-196, 1986. 170.

¹² RAVAGNANI, Oswaldo M. Os últimos aldeamentos indígenas da província de Goiás. *Revista do Museu Paulista*, vol. XXXII, São Paulo, pp. 195-205, 1987; VIERTLER, Renate Brigitte. A duras penas. Um histórico das relações entre índios Bororo e 'civilizados' no Mato Grosso. *Revista Antropologia*, vol. 16, Especial, São Paulo, 1990. p. 200.

toda sua existência até o final do século XIX, com uma professora de primeiras letras, doze trabalhadores assalariados, um diretor, feitor, carpinteiro e entre trezentas e quinhentas pessoas. Tinha casas de farinha, monjolo, olaria, celeiros, engenho de açúcar e outras cinco edificações. Essa quantidade expressiva de pessoas não era indígena, tendo em vista que na maioria do tempo estavam aldeados aproximadamente quatrocentos Kaingang ali¹³.

Nos aldeamentos paranaenses de São Pedro e São Jerônimo, criados respectivamente em 1855 e 1859, havia um direcionamento do governo provincial para serem colônias agrícolas indígenas. Ali foram reduzidos primeiramente os Guarani e, depois, Kaingang, que outrora achavam-se em condição de isolamento no vale do Rio Tybagi¹⁴. Em 1881, o novo administrador de São Jerônimo, o capuchinho Luiz de Cimitilli, chegaria por volta de julho para encontrar uma aldeia onde os indígenas já tinham amplas lavouras. ‘Plantam cereais e cana, fabricando açúcar e aguardente’, totalizando cerca de noventa e cinco famílias, que estavam começando no cultivo do café também¹⁵.

Por volta de 1887, circulavam notas que tinham um tom passivo-agressivo, elogiando os indígenas ali residentes por conta dos volumes da produção rural, mas propagandeando a colonização daqueles terrenos por conta de uma suposição de que aquelas populações, por serem inferiores mentalmente, deveriam ceder frente ao colonialismo. Os terrenos nos arredores já estavam todos demarcados, cercados e em franca colonização com nacionais e estrangeiros, logo ambos os aldeamentos eram vistos como empecilhos.

Em uma dessas notas encontramos essa dualidade, porque reconhecia-se que todos os aldeados eram ‘mansos e ordeiros, de modo que hoje pode-se viajar e habitar em completo socego n’aquella importante região’, sendo que a produção agrícola crescia tanto que já conseguiam exportar excedentes para as cidades do Castro, Ponta Grossa e até mesmo para o Mato Grosso. Além disso, os indígenas prestavam valiosos serviços de navegação e aos tropeiros, mas, ainda assim, apregoava-se que seria melhor a ‘alavanca em favor da catechese e da colonização nacional n’aquella região. Sem instrução e sem estradas por onde se possa estabelecer facilmente a permuta de valores e idéas, não é possível conquistar o progresso’.

Os Guarani e Kaingang aceitaram a redução, ingressaram em um aldeamento que não tinha recursos e nem mesmo estradas, conseguiram desenvolver uma produção capaz de

¹³ AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Op. Cit., p. 84.

¹⁴ Durante a década 1950, o povo Xeta ainda vivia em condição de isolamento, tendo sido exterminados por mais trinta anos. Entre duzentas e quatrocentas pessoas morreram e na década de 1980, existiam apenas oito sobreviventes, alguns deles na Terra Indígena São Jerônimo da Serra, e outros espalhados. Ver: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xeta>. Acesso em: 21/07/2025.

¹⁵ Aldeamento de S. Jeronymo, *Jornal do Recife*, ed. 234, 1881. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

sustentar um forte comércio, mas não eram reconhecidos. Se dizia terem uma ‘inteligência atrofiada e sentimentos moraes completamente apagados’, o que condenava a iniciativa do aldeamento, porque ‘todos fazem os seus outeiros livremente nas mattas, segundo suas crenças, mas em local escolhido e determinado, que muito veneram e respeitam’, tratando muito mal a conservação das capelas, indo pouco às missas e frequentando parcamente as escolas.

As terras que ocupavam, contudo, eram ricas em solo fértil, completamente banhadas por riachos permanentes e um grande rio, oferecendo condições perfeitas para a agricultura. Dessa forma, ‘é justo que se continue a lançar um bafejo proteccionista de civilização sobre essa infeliz população, que tanto horror apresenta no estado de selvageria’, ou seja, deveriam ceder de vez e sucumbir perante os novos ocupantes¹⁶.

Um aspecto que levou à bancarrota a política de aldeamentos foi o fato que os governos não coibiram os esbulhos dos territórios que ocupavam, mesmo que os seus moradores se mostrassem bons trabalhadores, oferecendo lucros que todos sabiam existir. De todo modo, os aldeamentos se apresentavam como iniciativas de proteção aos indígenas frente às violações que sofriam e tinham, como contrapartida por esse serviço, que aceitar a catequização, que era a moeda de troca, um produto simbólico que deveria ser consumido para que se continuasse com a salvaguarda.

Em um comunicado do tenente Renato Barbosa de 1910, encontramos essa premissa, porque ele havia visitado as missões salesianas junto aos Bororo no Mato Grosso e verificou que somente as mais catequizadas dentre elas tinham um grau adequado de desenvolvimento, sugerindo que a nação poderia se aproveitar desse serviço. Cita como exemplo a missão Sagrado Coração, a ‘única onde a catechese é mais systemática, dirigindo mais especialmente as crianças que gosam de certas vantagens e apprendem a trabalhar, são bem tratadas’. Em contraposição, os moradores do aldeamento Aracy preferem a caça e são menos catequizados, o que fez com que sua aparência não parecesse com ‘uma fazenda, onde se aproveita com tino o trabalho do índio’¹⁷.

Barbosa descreve que os padres premiavam os indígenas mais catequizados e pagavam pouco pelos serviços daqueles que usavam roupas tradicionais, mantinham o costume da caça e suas crenças. A oferta de benefícios era feita conforme o grau de comprometimento com a causa missioneira, mesmo que se alardeasse que a evangelização não fosse feita impositivamente.

¹⁶ Aldeamentos indígenas, *Gazeta Paranaense*, ed. 13, 1887. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷ A proteção dos selvícolas, *A Tribuna (SP)*, ed. 120, 1910. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Nessa mesma linha segue o frade Zesualdo Machetti, que em 1885 fez um relatório dos dezesseis aldeamentos indígenas do Amazonas, que contavam com cerca de dois mil e novecentos aldeados. Segundo ele, somente os indígenas catequizados conseguiam contribuir para a nação e serviam de exemplo para as tribos isoladas. A evangelização, contudo, não era um serviço fácil, tendo em vista que somente dois párocos tinham de dar conta daquela província, por isso ‘não é justo dizer que as missões se achão em atraso’.

Para ele, somente os ‘aldeamentos bem dirigidos, constituem como grãos intermediários da selvageria e da civilização. O índio aldeado será mais tarde ou mais cedo, por si ou por seus descendentes, homem da vida civilizada’, ou seja, na sua visão a única política indigenista possível seria a dos aldeamentos catequéticos e os povos originários estariam fadados ao fim, porque seriam engolidos pela civilização¹⁸.

No Mato Grosso, contudo, a causa dos aldeamentos parece ter chamado uma atenção maior por parte do presidente da província, Álvaro Marcondes, em 1887. Naquele ano, montou juntamente com o bispo de Cuiabá uma cerimônia coletiva de batismo, em que foi padrinho de aproximadamente quatrocentos Bororo, liderados pelo cacique Muguicury. Outra turma, um pouco menor, foi batizada na capela do palácio governamental, onde a esposa do presidente e o bispo assumiram o papel de apadrinhar os indígenas.

A estratégia é um tanto óbvia, prestigiar os batizados e, principalmente, o chefe Bororo, para atrair a tribo para os aldeamentos. Ao que tudo indica, deu certo, porque Muguicury parecia ‘inteiramente identificado com a causa da civilização da sua tribo, frequenta assiduamente o palácio, para visitar e levar presentes ao presidente, por quem mostra a maior *sympatia*’. Seu povo tinha sido reduzido recentemente e os batizados seriam deslocados para os aldeamentos de Isabel e Tereza Cristina – nesse último aldeamento, as irmãs salesianas de Nossa Senhora Auxiliadora abririam, inclusive, um colégio destinado a meninas anos depois¹⁹.

A atração dos Bororo continuou no ano seguinte, quando houveram outras cerimônias similares. Foram levados à pia batismal dezessete residentes da Tereza Cristina e a estratégia de prestigiar simbolicamente os indígenas se renovava, porque receberam nomes de altas personalidades brasileiras. Os nomes iam de Gastão de Orleans, passando por Pedro, Manel Amaro e chegava a Raphael, sendo que os padrinhos foram escolhidos a dedo, constando o Barão de Diamantino, o coronel Mello Rego, Generoso Ponce e outros expoentes da cena política mato grossense. Os neófitos foram vestidos de branco e seguiram em procissão pelas ruas da cidade até o palácio governamental, onde foram recepcionados

¹⁸ Catechese no Amazonas, *Jornal do Commercio*, ed. 148, 1885. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁹ Província de Matto-Grosso, *O Cearense*, ed. 79, 1887; Catechese de índios, *Mensagem do Coração de Jesus (SP)*, ed. 18, 1897. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

por um banquete. Assim como foram escolhidos uma comissão de padrinhos, os batizados eram caciques, guerreiros e líderes dos aldeados²⁰.

O agradecimento de benesses simbólicas era comum nas missões, como era o caso dos aldeamentos localizados no vale do Rio Araguaia. Para enfrentar a baixa adesão dos aldeados aos ritos católicos, frei Gil Villanova fundou a Confraria do Rosário e a Associação do Rosário Perpétuo em 1903 com um grande ritual que chamou de Pão dos Anjos. A cerimônia foi concorrida, tendo chamado a atenção até mesmo de aldeias distantes, e esperava-se que os adultos participassem mais dos rituais, já que as crianças catequizadas ‘são por vezes excessivamente amáveis e interessantes’, submetendo-se com mais facilidade ao regramento imposto pelos missionários.

Em São Paulo, os benefícios simbólicos eram um pouco mais amplos, já que naquele momento os Kaingang estavam em franca guerra aberta contra os bugreiros invasores de suas terras. Os padres queriam mostrar um conagração entre aldeados Guarani e os proprietários colonos. Assim, Frei Bernardino Lavalle, em uma visita missionária ao aldeamento São Matheus, fez batizados, confissões e realizou cerimônias abertas, onde os indígenas receberam seus vizinhos²¹.

Frei Bernardino insistia nessas cerimônias abertas, tanto que em 1903 realizou uma delas numa localidade na comarca dos Campos Novos do Paranapanema, onde seria aberto mais um aldeamento. A festividade atraiu inúmeras de pessoas, ‘para assistirem a um acto que casa a solenidade religiosa com o alto interesse social’. O interesse social não eram os benefícios aos indígenas, mas ‘trazer o índio à tranquilidade da vida normal para permitir que os sertões onde habita possam ser invadidos pelo arado, pela locomotiva, pelo braço dos trabalhadores’²².

Apesar da imposição do catecismo, muitos indígenas aderiram de bom grado ao catolicismo, mantendo a seu modo costumes religiosos hibridizados como foi demonstrado pelos residentes do antigo aldeamento de Ipojuca, Pernambuco. Em 1884, ele já tinha sido extinto há muito tempo, mas seus moradores faziam questão de participar da romaria no santuário de Cimbres, sendo entre os romeiros aqueles que mais festejavam. Participavam das festas mostrando orgulhosos seu vestuário, que causava certo espanto nos moradores da vila:

²⁰ Notícias telegraphicas, *A Federação (RS)*, ed. 103, 1888. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹ Catechese dos índios, *Jornal do Brasil*, ed. 206, 1903; Civilização dos índios, *O commercio de São Paulo*, ed. 3014, 1902. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²² Catechese em Campos Novos, *O commercio de São Paulo*, ed. 3343, 1903. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

os índios do extinto aldeamento, os quaes em avançado número comparecem caracterizados com seus trajes primitivos, isto é, capacete de palhas verdes de Ouricury guarnecido de flores diversas, e um saiote de palhas secas das espigas de milho, trazendo cada um em uma mão um cacete com que batem no chão e se equilibram em suas danças grotescas, e n'outra uma grande canna de assucar com a respectiva bandeira; e assim dançam toda a noite até amanhecer ao redor das fogueiras e em frente as casas, em carreira circulares e vertiginosas, sempre em frequentes libações alcoólicas: e, não obstante alguns índios ficarem ébrios, todavia nunca há distúrbios, nem é preciso intervir a polícia²³.

Apesar do tom preconceituoso, podemos ler no relato uma legítima festa indígena em favor de uma santidade católica, mas com todos os componentes dos muitos filtros colocados pelos indígenas nas suas leituras do ritual, introduzindo seus elementos particulares. É notável que não são eles, mas os residentes da vila que informam como a manifestação era pacífica, além de que 'quando amanhece, tomam banho no açude e retiram-se em paz'. Nos dias que se sucedem, as crianças Xukuru participam da romaria, guiados por 'um índio vestio da forma mesma que lhes serve de mestre choreographico, e ao som de uma gaita tocada por outro índio'. Vale destacar que a participação dos indígenas era instigada pelo vigário José Bernardino de Paiva, que garantia a execução ordenada de toda a festividade.

Críticas de época aos aldeamentos

O cotidiano dos aldeamentos continha problemas que os próprios contemporâneos denunciavam, demonstrando uma administração por vezes fraudulenta e até relações interpessoais completamente violentas. O aldeamento franciscano de Bacabal, que reduziu os Munduruku no vale do Tapajós, Pará, passava por sérias denúncias envolvendo o seu diretor, Francisco Militão, em 1883. Ele teria assassinado um indígena e o chefe da tribo e feito diversas negociações irregulares, como atestavam diversos recibos. Qual é a punição para tais denúncias? Muitas delas foram arquivadas e as demais, o governo provincial ficou sabendo e Militão deveria ficar ciente de que aquilo seria levado 'ao conhecimento do governo imperial'²⁴.

Como os aldeamentos não tinham um programa de acompanhamento centralizado, qualquer pessoa poderia iniciar uma empreitada nesse sentido, como foi o caso de Joaquim Bueno em São Paulo. No ano de 1888, ele passou a divulgar suas façanhas, que incluíam uma iniciativa nesse sentido junto aos Guarani do vale do Paranapanema, onde reuniu cerca

²³ Cimbres, *Diário de Pernambuco*, ed. 166, 1884. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴ Notas, *O liberal do Pará*, ed. 168, 1883. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

de setenta indígenas e os obrigava a servir de guia em ataques bugreiros contra tribos em condição de isolamento. Em uma dessas, o bando matou cerca de vinte residentes de uma aldeia, completamente arrasada, colocando veneno de rato nos poços de água dos arredores para envenenar possíveis sobreviventes e indígenas vizinhos. Chegou a dizer para seus pares que atacara até mesmo uma aldeia com oitocentos moradores, assassinando todos eles²⁵.

A questão que se levanta nesses casos é que não havia nenhum tipo de investigação a respeito desses crimes, nem os de roubos pelos laráprios dos aldeamentos e nem muito menos sobre os assassinatos de indígenas, que se espalhavam pelo Brasil. O pior problema enfrentado pelos povos originários desde a invasão iniciada em 1500, foi ter que lidar com as doenças alienígenas e os aldeamentos, com sua característica de reduzir as populações em espaços pequenos, onde as casas eram próximas umas das outras, aprofundando os contágios. No Paraná, em 1890, um determinado aldeamento na região do Rio Iguaçu, tinha aproximadamente quatro quilômetros quadrados e abrigava uma população denominada de Cabeludos²⁶. Eles receberam mais três indígenas Kaingang, que atuavam como tradutores e

Ultimamente tem grassado no toldo uma moléstia epidêmica que se manifesta pela tosse e diarrhéa, da qual foi victima o índio velho a que acima me referi, e que segundo recentes informações que foram mandadas pelo cacique geral dos coroados Jonghô, têm grassado também nos toldos dessa nação, na margem do Piquiry, fazendo alli grande devastação. Segundo a comunicação só no toldo do Pari morreram três homens e quatro crianças. É possível que se trate do crap²⁷.

O idoso que faleceu foi enterrado na moradia coletiva, mas depois foi retirado dali, o que pode ter ajudado a espalhar a doença. Muito provavelmente aquele grupo deveria ser composto pelos Xetá, que possuem uma trajetória marcada por tragédias e essa deve ter sido mais uma delas. Esse povo tornou-se cada vez mais arredio, refugiando-se na serra dos Dourados, quando começa a sofrer pressões cada vez mais intensas a partir de 1952, quando uma companhia de colonização japonesa passa a invadir suas terras²⁸.

Em Minas Gerais, a secretaria de tesouro estadual reiterava em 1892, junto ao diretor do aldeamento de Itambacuri, qual teria sido o destino das verbas destinadas para a

²⁵ Província de S. Paulo, *Gazeta Paranaense*, ed. 66, 1888. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶ A nossa suspeita de que esses cabeludos são os Xetá deve-se a uma associação, já que em 1952, um funcionário da companhia de colonização Myamura, em uma derrubada na serra dos Dourados, relatou que ele e seu grupo 'avistaram a uns 200 metros, um grupo de 7 índios completamente nus, de cabelos e barbas crescidos, portanto arcos e flechas (Mota, Lúcio Tadeu. A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX. *Revista Diálogos*, vol. 21, n. 03, Maringá, pp. 04-25, 2017. p. 21). Esse traço cultural os diferenciava tanto de Xokleng quanto Kaingang, com quem chegaram a dividir territórios.

²⁷ Catechese, *A República (PR)*, ed. 196, 1890. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁸ MOTA, Lúcio Tadeu. A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX. Op. Cit., p. 05 e segs.

construção de uma estrada ligando essa localidade à cidade de Teófilo Otoni. No ano seguinte, o diretor foi intimado a comparecer na sede do município para dar conta dos cinco milhões de contos destinados à obra, mas pelo que se infere através das comunicações, essa verba deve ter sumido, já que não se respondiam os ofícios²⁹.

As investigações preliminares em Itambacuri, porém, foram encerradas em 19 de julho de 1893, quando irrompeu no aldeamento uma rebelião dos indígenas ali residentes. De Ouro Preto ‘remetteu-se à secretaria do interior, assim de ser tomado na consideração que merecer, o ofício, por cópia, do director da 3 circumscrição de índios, dirigindo ao director geral nesta Capital, dando conhecimento das correrias’. Solicitava-se auxílio ‘de modo a garantirem a vida ameaçada dos frades directores do dito aldeamento’, mas logo a normalidade deve ter retornado e o susto fez com que as gratificações dirigidas aos diretores do aldeamento foram normalizadas³⁰.

Quanto aos indígenas, uma verdadeira enxurrada de perseguições se seguiu, já que o governo estadual subvencionou a delegacia de Teófilo Otoni com armamentos e verbas, que serviram para o ‘engajamento de paizanos para reprimir a revolta’. Já ‘os artigos de armamento e as munições que não foram utilizadas, afim de ficarem depositados no aldeamento, à disposição do mesmo dr. Chefe de Polícia’, ou seja, a sede da redução virou um verdadeiro depósito de armas, servindo de aviso³¹.

Essa rebelião não irrompeu do dia para a noite, mas foi resultado de um processo das muitas violações sofridas pelos Pojixá na região do Mucuri. Uma delas foi que, no início da década de 1890, após diversas correrias sofridas, contra atacaram a fazenda Liberdade, pertencente a um membro da família de Teófilo Otoni, e mais de quarenta membros desse povo foram assassinados, incluindo quatro de suas lideranças. O estopim de 1893, contudo, se deu quando uma grave doença se alastrou por todo Itambacuri e os aldeados foram mal socorridos, o que levou ao movimento liderado pelos chefes Quirino e Manuel.

A perseguição foi severa, porque o povo buscou refúgio nas matas, mas aproximadamente trezentas pessoas morreram em poucos dias. Os líderes foram presos e mortos nas prisões e os frades, sem qualquer pudor, tentaram atrair alguns sobreviventes de volta para o aldeamento, mas os grupos liderados por Paulo Hin-hé e Joaquim Vakman se recusaram. A partir de 1905, muitos foram exterminados pelo governo mineiro, que contratou mateiros para garantir a construção da estrada de ferro para a Bahia, e Vakman conseguiu sobreviver até 1911, quando foram contatados pelo Serviço de Proteção ao Índio.

²⁹ Quinta Secção, *Minas Geraes*, ed. 221, 1892. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁰ Dia 2, *Minas Geraes*, ed. 213, 1893; Dia 19, *Minas Geraes*, ed. 198, 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³¹ Dia 23, *Minas Geraes*, ed. 307, 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Infelizmente morreu com mais de cinquenta guerreiros em uma emboscada antes de ingressarem no posto indígena³².

Em 1896, a missão salesiana no Mato Grosso divulgava a subvenção federal em cinquenta contos, a única do tipo em todo o território nacional, mas que era completamente insuficiente para a manutenção adequada de seus trabalhos. O aldeamento ficava na margem do Rio São Lourenço, chamava-se Tereza Cristina e atuava junto aos Bororo, mas estava difícil para os padres ‘encaminhar o índio a costumes mais brandos e a incorporá-lo à civilização’. Apesar disso, uma pequena fazenda estava sendo montada com quase trezentas e cinquenta cabeças, as irmãs auxiliavam na escola, ‘apezar da relutância dos pais em deixar entregue a seu cuidado a educação dos filhos’. Mesmo assim, havia um verdadeiro rosário de reclamações sobre todo o aldeamento:

A má índole da maior parte delles já viciados pela convivência com os soldados no abuso de aguardente e pela prática seguida na origem do aldeamento, de receberem elles brindes, roupas e ferramentas sem que se lhes exigisse o menor trabalho e, por conseguinte, adquirissem a noção do valor de taes objectos; a indisciplina e insubmissão com que viverão entregues a si mesmos, constituem a meu ver fortes obstáculos à catechese. Vão os vencendo, porém, a paciência e a dedicação do director da colonia, reverendo padre João Balzola, que pouco a pouco os tem conseguido dos índios algum serviço na lavoura que iniciou³³.

Nesse trabalho missioneiro, a maior rede de aldeamentos do país no período aqui estudado, os salesianos do Mato Grosso encontravam dificuldades em disciplinar os Bororo às rotinas que se tentavam impor. Os Bororo não lidavam bem com as cargas horárias de trabalho métricas de uma zona rural, rejeitavam a modalidade de internato no ensino e os padres repudiavam o consumo de bebidas alcoólicas. Tudo isso gerava uma visão estereotipada dos indígenas, o que certamente interferia na forma como o empreendimento era gerido.

Assim como no Mato Grosso, em Goiás a situação era crítica no que diz respeito às subvenções em 1897. Ali reclamava-se que o governo tem constantemente deixado de atuar na catequese dos indígenas, mesmo sendo o estado ‘mais povoado de selvícolas, pertencentes a diversas tribos, errantes como animaes’. As missões de São José, Santa Maria e Piabanha foram abandonadas pela igreja, que não quis mais lidar com a vida errante dos

³² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *A Guerra do Mucuri: conquista e dominação dos povos indígenas em nome do progresso e da civilização*. In: Almeida, L. S.; Gaindo, M.; Elias, J.. (Org.). *Índios do Nordeste: Temas e Problemas*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2000. pp. 153-156.

³³ Estado de Mato-Grosso, *Jornal do Commercio (RJ)*, ed. 58, 1896. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

povos originários, permanecendo somente a iniciativa junto ao Araguaia, que era mantida pelos freis dominicanos Gil Villanova e Ângelo Maria.

Apesar dos problemas de adaptação dos indígenas às rotinas, os padres foram muito bem recepcionados, padecendo, porém, de recursos. Perguntava-se ‘com poucos recursos, que em alguns mezes estarão exgotados, o que farão os evangelizadores, se nós não os ajudarmos?’. A resposta a isso era iniciar uma campanha de arrecadação junto a empresas no Rio de Janeiro, São Paulo e esmolas com ricos e pobres pelas igrejas, porque o governo ‘não faz, nem nunca fez’ muito pelos aldeamentos³⁴.

O distanciamento das missões de aldeamento com os governos era, portanto, patente e foi se acentuando com os anos, sobretudo com o advento da figura do marechal Cândido Rondon. Como um positivista convicto, suas críticas às iniciativas católicas eram crescentes no começo da década de 1910. Sobre os trabalhos missionários no Mato Grosso, criticava a forma de pagamento implementada pelos padres, que só davam alguns mantimentos em troca dos resultados alcançados nas plantações e criações dos aldeamentos, ou seja, pagavam com escambo. Além de que consideravam como pagamentos pela produção os serviços catequéticos das missas, festas religiosas e etc.

Em resposta a igreja dizia que trabalhava de uma forma diferente daquela propalada por Rondon, já que com ela ‘não se educa por esse systema o selvagem à noção do trabalho, nem do salário, nem do dinheiro nacional, etc. Ao envez, fomenta-se mais e mais a innata e proverbial indolência do indígena’. A incongruência estava, portanto, em como deveriam ser tratados os indígenas, porque a cúpula católica pregava um rígido programa de trabalho e pagamentos, que incluíam os serviços religiosos, o que não atraía os indígenas aos aldeamentos segundo a crítica de Rondon³⁵.

Até mesmo a pacificação dos Bororo entrou em cena para se contestar os aldeamentos salesianos, já que ao invés de serem eles os creditados por esse trabalho, passou-se a difundir as atividades do general Gomes Carneiro como pioneiras nesse sentido. Antes de assumir um posto de comando na Revolução Federalista em 1893, Carneiro mandou publicar editais proibindo qualquer ataque contra essa tribo e invasões no seu território, abrindo espaço para os aldeamentos, que os encontraram pacificados.

Os militares teriam continuado com essa pacificação com a abertura do Distrito Telegráfico em 1892, quando se nomeia Cândido Rondon para o posto e aí ‘os methods preconizados pelo legendário general Carneiro foram systematizados e desdobrados,

³⁴ Catechese de Índios 1, *O commercio de São Paulo*, ed. 1196, ed. 1897. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁵ Os padres escravizam os Índios, *A Tribuna (SP)*, ed. 230, 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

conseguindo, ao cabo de algum tempo, convencer os Bororo de que deviam e podiam sem receio viver em paz com os seus tradicionaes inimigos'. Os padres teriam apenas dado certa continuidade a todos esses esforços, ou seja, não fundaram um aldeamento desde a origem e ainda se aproveitaram do Exército.

Em 1928, o oficial e um dos principais aliados de Rondon, Alípio Bandeira, chegou a sugerir que todos os princípios indigenistas adotados após 1910 pelo governo federal nasceram em 1892, junto a estação telegráfica General Carneiro. Naquele ano, um grupo de Bororo se apresentou aos oficiais que trabalhavam nas instalações e o então capitão Rondon foi avisado. Mandou que os contatados fossem bem tratados e que não houvesse nenhuma atitude violenta contra eles, passando a manter relações constantes com eles desde então, sobretudo quando instalou a linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá³⁶.

Independente dessa querela, os Bororo foram violados tanto por militares quanto por clérigos. Na época em que era uma fortaleza militar na segunda metade do XIX, o aldeamento Tereza Cristina surgiu porque ali se abrigavam os indígenas sobreviventes de inúmeras caçadas nos arredores. Em 1888, haviam sérios problemas com o alcoolismo, as plantações estavam abandonadas, haviam cinquenta colonos invasores, prostituição e esse quadro motivou a entrega da administração aos padres, que, por sua vez, mal geriram as verbas, entraram em constantes conflitos com os indígenas e retirados dali em 1898.

No ano seguinte, os católicos refundaram a colônia em uma área distante, mas os desmandos continuaram a ponto de os Bororo ameaçarem matar os missionários. A tensão se arrefeceu com a intervenção do chefe Meriri Okwoda, o que permitiu aos salesianos fundarem uma série de outros aldeamentos nos anos seguintes, mas tudo se encerrou em 1920, na missão Palmeiras, onde um missionário foi morto³⁷.

Podemos dizer que um dos últimos suspiros da iniciativa dos aldeamentos foi dado pelo bispo de Uberaba pouco após 1910, quando organizou uma expedição junto aos Javaé do Araguaia. A empresa não deu certo, ao contrário das missões do Serviço de Proteção ao Índio e isso virou motivo de chacota:

Com os índios Javahés, de Goyaz, há um episódio curioso. O bispo de Uberaba pensou, certa vez, em convertê-los. Foi obrigado a retirar-se precipitadamente, escorraçado por elles. Pois com os funcionários da catechese official aconteceu precisamente o contrário. Os índios receberam o inspetor Mandacarú com as melhores demonstrações de paz e de amizade. E tem sido sempre assim, os padres não sabem lidar com os selvícolas. Em lugar de lhes conquistarem a confiança, atemorizam-n'os com os seus

³⁶ BANDEIRA, Alípio. *A mystificação Salesiana*. Rio de Janeiro: LITHO, 1928. p. 19.

³⁷ VIERTLER, Renate Brigitte. A duras penas. Um histórico das relações entre índios Bororo e 'civilizados' no Mato Grosso. *Revista Antropologia*. Op. Cit., pp. 59-72.

metodos oppresivos. Tiram-lhes os filhos. Sujeitam-n'os a trabalhos excessivos. O resultado é que o índio reage e foge³⁸.

Os Javahés não aceitaram um aldeamento em suas terras porque sabiam o que iria acontecer com eles, porque aqueles negócios estavam falindo por toda a parte e eram fechados, os indígenas eram simplesmente expulsos, perdendo todo o seu território. Passavam a viver errantemente como os antigos moradores de Itambacuri após 1894, quando ali se estabeleceu uma colônia agrícola. Na fronteira entre Bahia e Sergipe, nessa época, os aldeados eram de tribos rivais e quando a iniciativa foi encerrada, 'a decisão era de simplesmente abandonarem os índios aldeados à sua própria sorte, fazendo com que estes optassem pela volta às matas em busca de refúgio em áreas ainda não exploradas'³⁹.

Dali por diante, os aldeamentos foram sendo entregues ao Serviço e essa antiga política indigenista virou peça do passado, mas os embates entre a igreja católica e os sucessivos governos federais continuaram. Isso porque o clero jamais deixou de atuar junto aos povos originários, tanto que em 1972 surge o Conselho Indigenista Missionário, enquanto a corrupção, violências dos mais variados tipos e roubos descarados dos patrimônios indígenas corriam soltos pelo Serviço de Proteção ao Índio, que deixou de existir a partir do Relatório Figueiredo em 1967.

Considerações finais

Os aldeamentos faliram justamente pela questão sempre presente da imposição: impunha-se uma outra religião, modos de produção e todo um arcabouço cultural. Essa organização não considerava o que os indígenas precisavam, quais eram seus problemas e como solucioná-los. A gênese impositiva dos aldeamentos foi seu primeiro fator desagregador.

O segundo é que essas reduções não seguiam padrões de administração, normas e nem tinham qualquer acompanhamento regulatório. Assim, todo tipo de desmandos surgia nos aldeamentos, como a invasão de terras indígenas, rapto de crianças e violências de toda ordem contra os aldeados.

Tomados em conjunto, esses fatores levaram à completa falência dos aldeamentos como política indigenista, completamente descompromissada com as populações indígenas.

³⁸ Os padres escravizam os índios, *A Tribuna (SP)*. Op. Cit.

³⁹ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os capuchinhos e os índios no sul da Bahia: uma análise preliminar de sua atuação. *Revista do Museu Paulista*. Op. Cit., p. 164.

Sem falar que eles jamais conseguiram um alcance realmente de cunho nacional, sendo iniciativas sempre muito restritas e localizadas.

Recebido em 25 de julho de 2025
Aceito em 09 de fevereiro de 2026